

‘Reforma tributária e o financiamento das universidades estaduais paulistas’

*Fórum convida para **audiência pública na Alesp em 10/12, 10h.**
Hora de ampliar o debate e mobilizar a comunidade em defesa de mais recursos*

No dia 10/12/2025, quarta-feira, vai acontecer na Assembleia Legislativa uma importante atividade. A pedido do Fórum das Seis, o mandato do deputado Guilherme Cortez (PSOL-SP) está organizando uma audiência pública, intitulada “Reforma tributária e o financiamento das universidades estaduais”. Vai ser no auditório Franco Montoro, das 10h às 12h.

O objetivo é ampliar o debate sobre o tema junto à casa legislativa, à comunidade universitária e à sociedade. O financiamento adequado das universidades estaduais tem sido pauta constante do Fórum das Seis desde o advento da autonomia universitária, em 1989, e ganhou contornos mais graves com a expansão do início dos anos 2000, que não veio acompanhada de nenhum repasse adicional pere (veja no box).

Com o advento da reforma tributária, que extinguirá progressivamente o ICMS, imposto do qual derivam os recursos repassados à Unesp, à Unicamp e à USP, o tema volta a ganhar centralidade. É preciso estabelecer novos parâmetros de financiamento, que garantam a manutenção destas importantes instituições. Unesp, Unicamp e USP – apesar da insuficiência de verbas, que acarreta salários arrochados e ausência de políticas adequadas de permanência estudantil – desenvolvem grande parte da pesquisa realizada no país. Comprometer tal desenvolvimento seria irresponsável e, consequentemente, sacrificaria a possibilidade de efetivo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, no estado e no país.

O Fórum das Seis mandou convite ao Cruesp, instando os reitores a enviarem representantes à audiência pública, e a todos os deputados e deputadas da Alesp.

Fórum tem proposta

De acordo com o previsto pela reforma tributária, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será extinto e, em seu lugar, entrará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Embora a implantação do novo modelo vá ser progressiva – o IBS será instituído a partir de 2026, com uma alíquota de 0,1% estadual, percentual que irá subindo até a extinção total do ICMS em 2033 – é importante evidenciar esse debate agora.

O Fórum tem uma proposta – desenvolvida pelo GT Verbas Adusp/Fórum – de substituição dos 9,57% do ICMS-QPE por um percentual da Receita Tributária Líquida (RTL) para as universidades estaduais, assim como já adotado para financiamento da Fapesp. O GT Verbas fez uma análise histórica do período entre 2012 e 2022, que apontou que o ICMS-QPE cor-

responde, em média, a 86,38% da RTL do Estado. Assim, a proposta é que as universidades passem a ser financiadas por uma alíquota de 8,64% sobre a RTL como base de repasse.

O Cruesp também criou um GT, que fez seus estudos em 2024 e chegou a uma proposta similar à do Fórum, mas pouco falou dela. É preciso que os reitores a defendam publicamente, de forma coesa, pois é o futuro das universidades que está em jogo.

Mais do que técnica, a discussão é política. A mudança terá que ser discutida com o governo Tarcísio de Freitas, que não esconde seu descontentamento com a autonomia das estaduais paulistas, e com os/as parlamentares da Alesp. A comunidade acadêmica precisa estar atenta e pronta para se mobilizar em defesa da garantia de financiamento adequado.

‘Reforma tributária e o financiamento das universidades estaduais paulistas’

*Audiência pública na Alesp em 10/12, 10h.
Auditório Franco Montoro*

Exposição:



Márcio Moretto:
Professor da EACH e presidente da Adusp.
Integrante do GT Verbas da Adusp/Fórum.

Presenças:

Representantes das entidades sindicais e estudantis do Fórum

Deputado Guilherme Cortez (PSOL-SP)

Enviados convites a todos os parlamentares da Alesp e ao Cruesp:
Presenças a confirmar

Transmissão ao vivo pela TV Alesp

Realização:
Mandato do deputado
Guilherme Cortez (PSOL-SP)

FORUM das seis



DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE da Unesp e DCE das FATECs

Universidades cresceram. Recursos, não!

Ao longo do tempo, o governo estadual realizou várias expansões sem recursos adicionais e perenes nas universidades estaduais. São exemplos: na USP, a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a incorporação da Faculdade de Engenharia Química de Lorena e a criação de várias faculdades (no campus de Ribeirão Preto); na Unicamp, a criação da Faculdade de Ciências Aplicadas (em Limeira); na Unesp, novos campi (Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São Vicente, Sorocaba, Tupã e São João da Boa Vista), além de novos cursos.

O Fórum das Seis tem insistido, antes mesmo da expansão citada, que os 9,57% do ICMS-QPE, em vigor desde 1995, não têm sido suficientes para sustentar a capacidade já instalada das universidades estaduais. O quadro a seguir mostra como as universidades estaduais vêm ex-



Ato do Fórum das Seis em 19/5/2025, durante negociação da data-base, na Unicamp

pandindo vagas e cursos nas últimas décadas, na graduação e pós-graduação, sem que repasse de recursos pelo Estado tenha sido alterado. Nota-se que o número de docentes e técnico-administrativos cresceu muito pouco ou até diminuiu no período.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 e 2024

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2024	Variação	1995	2024	Variação	1995	2024	Variação
Docentes	3.497	3.182	-9,0%	2.259	1.983	-12,2%	5.056	5.306	4,9%
Técnico-administrativa(o)s	7.918	5.079	-35,9%	8.681	7.234	-16,7%	15.105	12.610	- 16,5%
Cursos de graduação	80	137	71,2%	44	65	47,7%	132	325	146,2%
Vagas em graduação	4.311	7.680	78,1%	1.990	3.434	72,6%	6.902	11.147	61,5%
Estudantes matriculada(o)s / graduação	19.618	38.344	95,4%	9.992	20.733	107,5%	33.479	58.752	75,5%
Cursos de pós-graduação	125	245	96,0%	85	169	98,8%	476	847	77,9%
. Mestrado	71	136	91,5%	46	82	78,3%	257	439	70,8%
. Doutorado	54	109	101,8%	39	73	87,2%	219	408	86,3%
Estudantes matriculada(o)s / pós-graduação	6.824	13.300	94,9%	8.771	12.465	42,1%	19.683	29.487	49,8%
. Mestrado	3.395	7.206	112,2%	3.830	5.781	50,9%	8.024	13.911	73,4%
. Doutorado	1.382	6.094	341,0%	2.996	6.684	123,1%	6.060	15.576	157,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.706	365,7%	1.044	2.390	128,9%	2.643	6.911	161,5%
. Mestrado	433	1.642	279,2%	724	1.410	94,7%	1.584	3.991	152,0%
. Doutorado	148	1.064	618,9%	320	980	206,2%	1.059	2.920	175,7%

Fonte: Anuários Estatísticos das três instituições 2025 (ano base 2024) – últimos dados disponíveis.
Observação: Em 1995, passou a vigorar o padrão atual de financiamento das estaduais paulistas, mantido por sucessivos governos em 9,57% do ICMS-QPE.